

## Do anticomunismo ao antipetismo



Por **CARLA TEIXEIRA\***

*A história nos mostra que cedo ou tarde, no Brasil, o golpe contra os governos trabalhistas sempre vem*

No Brasil, o desenvolvimento industrial e urbano foi acompanhado pelo crescimento e a organização das classes populares. Os anos 1960 marcaram o ponto de inflexão no conflito instalado entre suas demandas, que pediam a ampliação de direitos (de votar, de ser eleito, educação, saúde, reforma agrária, urbana, política etc.), e os setores conservadores que buscavam a manutenção de sua hegemonia política, econômica e social. A Guerra Fria inflou o velho discurso anticomunista e avolumou os ânimos, alargando uma cultura política disseminada e internalizada junto à sociedade brasileira ao longo de décadas. Atribuiu-se aos comunistas uma posição de força muito maior que a real.

À época, os conservadores sabiam que o Partido Comunista Brasileiro (PCB), cassado em 1947, era força política minoritária, mas o temor ao comunismo era algo efetivo na sociedade que sempre recebeu uma impressão aterrorizante dos comunistas. O intuito era levantar a indignação popular, como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que apoiou o golpe de 1964 e abriu espaço para classificar toda a esquerda como “comunista”. A imprensa e a União Democrática Nacional (UDN) fizeram coro ao discurso de ruptura, exigindo que os militares reagissem contra o “perigo vermelho”.

O golpe de 1964 contou com o entusiasmo e o apoio das classes médias e das elites empresariais, militares, políticas e religiosas. O combate à corrupção foi acionado como bandeira de luta contra o governo Jango, que apoiava as reformas. O Anticomunismo, argumento central do golpe, foi uma manobra utilizada para acobertar os planos de ruptura dos setores da direita, barrar as reformas e tornar legítimo o processo autoritário que se instalaria e se aprofundaria nas décadas seguintes.

Após a queda do muro de Berlim e a desintegração da União Soviética, o discurso anticomunista perdeu fôlego. Todavia, o crescimento e a ampliação do Partido dos Trabalhadores (PT) mostrava a força política de um novo vermelho representando as classes populares. A agenda neoliberal empregada a partir dos anos 1990, que privilegia o setor financeiro improdutivo e penaliza a população com arrochos, jamais seria aprovada num escrutínio eleitoral depois dos anos 2000. As sucessivas vitórias do PT nas eleições presidenciais fizeram a direita perceber que não haveria caminho outro para retornar ao poder que não fosse a ruptura institucional. A história nos mostra que cedo ou tarde, no Brasil, o golpe contra os governos trabalhistas sempre vem.

O ano de 2016 marcou o fim de muitos arranjos que originaram a Nova República, mas também fez surgir dos esgotos o sentimento anticomunista revisitado e ressignificado em antipetismo. A mesma retórica de combate à corrupção foi acionada e direcionada contra o PT, em geral, e contra Lula, em específico. O objetivo era inviabilizar política e moralmente o principal representante das classes populares e, assim, barrar a agenda de desenvolvimento e inclusão social que estava sendo praticada no país.

A desqualificação da política e as sucessivas denúncias de corrupção associadas aos governos petistas (“Mensalão”, “Petrolão”), ampliaram na população o sentimento antissistema que rapidamente foi capitalizado pelo antipetismo. Retirar o partido do poder e impedir seu retorno era questão essencial. Corroídas pelo processo de impeachment que capitanearam, as Direitas ditas liberais se viram, em 2018, sem candidato competitivo e tendo de socorrer-se junto ao bote salva-vidas bolsonarista para ter sua agenda econômica neoliberal vitoriosa no crivo eleitoral. Assim, formou-se a aliança

estrutural entre o neoliberalismo e o neofascismo que hoje (des) governa o Brasil.

A retórica anticomunista se renovou em tempos de antipetismo, ancorada em antigas bandeiras como “o Brasil não será uma nova Cuba”, mas também com Fake News que tratavam sobre a “mamadeira de piroca”, o “Kit Gay” e a “legalização da pedofilia”, questões que atentavam diretamente contra valores superficialmente defendidos pela extrema direita bolsonarista: Deus, Pátria e Família. Os agentes envolvidos nas ações de 2016 e 2018 são correspondentes aos de 1964: as classes médias, as elites empresariais, militares, políticas e religiosas, com o apoio da mídia, do Judiciário e do Ministério Público Federal. Tudo a mesma sopa, sempre a mesma estória.

As Elites brasileiras são desprovidas de cultura política cívica e sempre mostraram desprezo pela democracia, cuja vinculação ocasional foi casuística e conjuntural. A manutenção de Bolsonaro no poder, a despeito do genocídio da população brasileira provocado pela péssima condução de seu governo na pandemia, sob o beneplácito da mídia e da direita liberal, é sintoma do mal que atormenta nossa República desde a sua fundação. Apenas a população organizada e consciente de suas demandas e direitos será capaz de aprofundar e consolidar a democracia em nosso país, impedindo rupturas e violações institucionais que atentem contra os interesses do povo e da nação.

**\*Carla Teixeira** é doutoranda em história na UFMG.